



Nota SEI nº 27/2025/PGFN-MF

Ato preparatório, nos termos do art. 7º, § 3º, da LAI, c/c art. 20, caput, do Decreto nº 7.724, de 2012. Acesso restrito até a publicação do ato.

Análise do pedido de adesão do Município de Cuiabá/MT ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), de que dispõe a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021 e o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

Elaboração de nota de consolidação das manifestações jurídicas das respectivas áreas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conclusão pela **CONFORMIDADE**, eis que atendidas **TRÊS** medidas - **de ao menos 3** (três) necessárias - pelo Município, sendo que **pelo menos 1 (uma) delas** está prevista nos incisos II, IV, V e VIII, do §1º, do art. 2º, da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017.

Processo SEI nº 17944.005573/2025-39

1. A Secretaria Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, por meio do despacho Despacho 56167048, encaminha para análise desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a Lei Complementar nº 587, de 05 de dezembro de 2025 (Sei nº 56168735), apresentada pelo Município de Cuiabá-MT, para que seja avaliada conforme disposto no art 9º, § 1º, inciso II, do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

2. Anteriormente, na Nota SEI nº 23/2025/PGFN-MF (SEI nº 55918985), verificou-se que o Município em questão não observou a exigência contida no art. 4º da Lei Complementar nº 178, de 2021, por ter atendido apenas duas de três medidas necessárias previstas na norma.

3. Instado a se manifestar acerca dos requisitos faltantes, o Município

apresentou a Lei Complementar nº 587, de 05 de dezembro de 2025 (Sei nº 56168735). Ao analisá-la, a **CAF/PGAFIN**, por meio do **PARECER SEI Nº 4743/2025/MF** (SEI nº 56215181), sob o aspecto estritamente jurídico-financeiro, concluiu que a lei apresentada pelo Município **atende** à norma inserta no inciso VII do § 1º e no § 9º, ambos do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, c/c o art. 17 do Decreto nº 10.681, de 2021.

4. Dessa forma, após análise das Procuradorias-Gerais Adjuntas competentes, desenhou-se, em síntese, o seguinte quadro:

Dispositivo (LC 159/17)	Parecer PGFN	Conclusão	Vide
Art. 2º, § 1º, inciso VI	PARECER SEI Nº 4376/2025/MF (SEI nº 55550157) PGAFIN-CAF	CUMPRIDO	Vide itens 8 a 16 do Parecer
Art. 2º, § 1º, inciso VII	PARECER SEI Nº 4743/2025/MF (SEI nº 56215181) PGAFIN-CAF	CUMPRIDO	Vide itens 4 a 11 do Parecer
Art. 2º, § 1º, inciso VIII	PARECER SEI Nº 4495/2025/MF (SEI nº 55751023) PGAD-CGNP	CUMPRIDO	Vide itens 10 a 15 do Parecer

5. Assim, tendo sido atendidas **ao menos 3 (três) medidas** - de 3 (três) necessárias -, sendo que, **no mínimo 1 (uma) delas**, está entre as previstas nos incisos II, IV, V e VIII, do §1º, do art. 2º, da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, entende-se que a pretensão do Município requerente, nesse particular, **ESTÁ EM CONFORMIDADE** com o art. 4º, da Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021.

6. Com essas considerações, submeto à aprovação da Senhora Procuradora-Geral da Fazenda Nacional as manifestações acima descritas e sintetizadas nesta Nota de Consolidação, sugerindo o seu encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, para prosseguimento.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

MILA KOTHE

Procuradora da Fazenda Nacional

Chefe da Divisão de Assuntos Parlamentares da PGFN

APROVO. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, conforme sugerido.

Documento assinado eletronicamente

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Anelize Lenzi Ruas de Almeida, Procurador(a)-Geral**, em 23/12/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mila Kothe, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 23/12/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56535868** e o código CRC **2C1A03D0**.

Processo nº 17944.005573/2025-39.

SEI nº 56535868